



Mensagem do
1.º de Dezembro de 2003

Por S.A.R.
O Duque de Bragança



Neste mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, finalmente elevado a Panteão Nacional, é para mim uma responsabilidade e uma honra falar junto ao túmulo do Rei Fundador da Nacionalidade e da Casa Real que represento e chefiar.

Quero deste modo prestar também uma homenagem à Capital da Cultura, esta tão bela e histórica cidade de Coimbra, verdadeira “alma mater” do saber nacional ao longo de tantos séculos.

Aqui e agora, é de justiça lembrar quantos, seguindo o exemplo de Dom Afonso Henriques, durante nove séculos sacrificaram as suas vidas pela nossa liberdade e pela independência da nossa Pátria.

Entre eles distingo a figura notável de D. Nuno Álvares Pereira, cuja causa de canonização começada em 1641 foi, felizmente retomada este ano pelo Senhor Cardeal Patriarca de Lisboa.

Os ideais a que o Santo Condestável dedicou a sua vida, constituem um esclarecido exemplo para a nossa época.

Olhando o horizonte que nos cerca, avulta neste momento a questão da nossa adesão à denominada Constituição Europeia, que a meu ver não pode nem deve ser um “cheque em branco” aos “eurocratas”! A verdade é que o texto que nos é proposto não traduz nem a natureza nem o sentido, nem os limites da soberania que restará aos estados membros, que correm sério risco de dissolução.

Europa é um conjunto de Nações, e a edificação da sua unidade não pode nunca fazer-se tentando apagar ou diluir esta realidade que constitui a sua maior riqueza. A Europa não é um território indiferenciado, mas um mosaico de povos e Nações, com culturas próprias, harmoniosamente diferenciadas pelas suas línguas, histórias pátrias e identidades nacionais. O processo de unificação europeia deve respeitar esta enorme diversidade, se quer ser, como proclama, um processo de enriquecimento europeu.

Desta afirmação decorre a necessidade de evitar todas as opções que contribuam para o seu apagamento. Se é certo que é urgente acelerar e tornar mais ágil e eficaz o processo de decisão, sobretudo com as



perspectivas de alargamento, é fundamental ter presente que a unificação não se faz por processos e medidas administrativas; mas por avanços políticos que traduzam a realidade negociada que foi sempre a Europa ao longo da sua história.

Por exemplo:

... A eleição de um Presidente do Conselho Europeu não poderá vir a constituir um meio de controlo dos grandes países sobre os pequenos? Ou fragmentário do ponto de vista político?

... E que subordinação da vontade própria, expressa na constituição, possa vir a ser posta em causa?

Este projecto devia ser mais conhecido e precisa de ser mais debatido pelos portugueses, para sobre ele se virem a pronunciar com conhecimento de causa e sentido de responsabilidade. Portugal embora sendo uma pequena parte desta grande Europa, deu importantes contributos ao longo da História para a sua projecção mundial, e muito tem ainda a dar para o seu desenvolvimento futuro.

A Europa, todos o sabemos, deve a sua identidade a valores estruturantes que a configuraram culturalmente, entre os quais avultam os do Cristianismo.

Não se pode entender o que é a Europa sem o contributo do Cristianismo e sem a afirmação do valor da pessoa humana e dos seus direitos e deveres que informam o humanismo, traço essencial da nossa cultura comum.

Independentemente das nossas convicções em matéria religiosa, não podemos deixar de secundar os insistentes apelos de Sua Santidade o Papa João Paulo II para a inclusão, no Tratado Constitucional Europeu, da matriz cristã para a identificação da cultura europeia.

Por outro lado, a identidade nacional, que exigimos seja respeitada no Tratado Constitucional, impõe que sejamos nós próprios a preservá-la e a cultivá-la também, desde os valores culturais designadamente o património tão amargamente abandonado, até às vertentes paisagísticas e ambientais.

Assume particular gravidade a degradação progressiva do nosso



ordenamento territorial, e muito particularmente a crescente desertificação do interior do país, e o abandono a que vai sendo votado o mundo rural. Além do mais a paisagem é um elemento determinante para o nosso desenvolvimento social e económico especialmente centrado no turismo, como forma de compensar uma economia com baixa especialização tecnológica e deficientes índices de trabalhadores qualificados.

Não podemos esquecer também o mar com todas as suas potencialidades económicas e geo-estratégicas específicas, aquele mesmo mar a que devemos a independência e subsistência histórica como nação, que inspira a nossa maneira de ser e de estar no mundo.

Foi pelo mar que nos ligamos ao mundo e que rasgámos novos horizontes à Europa, comunicando com povos de outros continentes. O aprofundamento das relações com a Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa não só não é incompatível com o desenvolvimento da União Europeia como, pelo contrário, o justifica e fundamenta.

Portugal, é opinião corrente, está a atravessar momentos de crise grave.

Os indicadores do nosso desenvolvimento económico revelam que nos distanciámos dos demais países da União Europeia, em vez de nos aproximarmos.

A sociedade portuguesa tem sido sacudida pela revelação de escândalos que abalam a confiança dos portugueses nas instituições públicas e nos seus representantes.

O país foi devastado no último verão por calamitosos incêndios que para além de dizimarem vastas áreas de floresta e vitimarem pessoas e bens, mau grado o denodado esforço de tantos portugueses, revelaram carências na nossa capacidade de enfrentar semelhantes flagelos, pondo simultaneamente em evidência, deficiências do ordenamento do território e de organização indispensáveis para enfrentar com eficácia catástrofes como esta.

A desmedida defesa de interesses particulares, sem olhar a sua subordinação ao interesse público e ao bem comum, dificulta a partilha de desígnios nacionais mobilizadores. Multiplicam-se gestos e



manifestações de desrespeito da legalidade.

Um vento de descrença e de desânimo parece varrer a nossa vida colectiva, agudizada pela tradicional propensão para maledicência.

Os portugueses precisam de confiar em si próprios e nas suas capacidades de realização e de afirmação. Os portugueses de hoje não são diferentes dos portugueses de sempre. A crise que atravessamos, para além dos seus aspectos económicos e sociais, é sobretudo uma crise moral e da moral, uma crise de valores e de auto-estima.

Está implantado um sistema propulsor da facilidade em vez do esforço, da abdicação em vez do empenho, do trivial em vez da excelência. Quando o horário da oferta lúdica concorre com o do trabalho é sinal que algo está errado numa sociedade que afinal se compraz nos festejos e gastos sumptuários e que descarta o essencial e vital para a saúde da nação.

Uma sociedade que considera os reformados como um peso na economia em vez de os honrar com a gratidão pelo trabalho prestado ao longo de uma vida inteira e informa com displicência que cada um cuide de si porque escasseiam os fundos para as pensões, parece-me ser tudo isto sinal de uma verdadeira crise que não posso calar.

Lembro mais uma vez a necessidade de rever o texto constitucional no sentido de permitir aos portugueses a escolha livre e democrática do regime que melhor sirva Portugal. Por mim, assumo as palavras que meu Pai uma vez proferiu: "Não sou monárquico por ser príncipe, sou monárquico por convicção"

Neste Primeiro de Dezembro, em que comemoramos a Restauração de Portugal, ocorrida em tempos de decadência e de desalento de tantos, saibamos reconduzir o país sem tibiezas nem complexos ao estatuto da sua dignidade e ao horizonte de progresso que merece e que devemos ao futuro.

Viva Portugal!

Dom Duarte de Bragança